

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.787 - SP (2019/0261228-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAUDE LTDA
ADVOGADO : LUIZ INÁCIO AGUIRRE MENIN - SP101835
AGRAVADO : REDE D'OR SÃO LUIZ S/A
ADVOGADOS : GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO - SP186458A
BIANCA MARIA DE SOUZA MACEDO PIRES - SP319483A
VITOR CARVALHO LOPES - SP241959
AGRAVADO : RICARDO CASTILLO
ADVOGADO : LILIAN RIPOLI PINHEIRO - SP156353

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA. contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial apresentado, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

PLANO DE SAÚDE. Internação emergencial ocorrida fora da rede credenciada do plano de saúde. Operadora condenada a custear integralmente as despesas médico-hospitalares do paciente. Pedido de reembolso não formulado pela via administrativa. Irrelevância. Direito a reembolso integral expressamente controvertido. Preliminar de falta de interesse de agir afastada. Urgência da internação incontroversa e demonstrada nos autos. Reembolso que deve ser integral, já que o hospital em questão não foi eleito por mero capricho, mas por questão emergencial, visto que a vida do paciente corria risco iminente e não havia tempo para encaminhá-lo a hospital integrante da rede credenciada. Inteligência do art. 51, IV do CDC. Operadora que sequer se preocupou em demonstrar que as despesas são superiores às que seriam custeadas caso o paciente fosse atendido na rede credenciada (art. 373, II do CPC). Precedentes desta C. Câmara. Honorários advocatícios que devem ter por base de cálculo o valor da condenação, consoante o art. 85, §2º do CPC, com acréscimo de honorários recursais (§ 11 do mesmo dispositivo processual). Sentença parcialmente reformada. RECURSO DA RÉ DESPROVIDO, PROVIDO O DO AUTOR.

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente alegou violação do art. 12, VI, da Lei 9.656/1998, defendendo a limitação do reembolso pela internação emergencial ou de urgência em hospital não credenciado aos termos contratuais, em

conformidade com os preços de serviços médicos e hospitalares praticados em sua rede de credenciados.

Contrarrazões apresentadas às fls. 478-490 e 492-496 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

Conforme orientação jurisprudencial desta Corte, apesar de devido o atendimento de urgência ou emergência em entidade não credenciada ou referenciada pela operadora de saúde, é lícita a limitação do reembolso à tabela da operadora do plano de saúde, nos termos do art. 12, VI, da Lei 9.656/1998.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. ABORDAGEM EXPRESSA DA MATÉRIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA. HOSPITAL DE ALTO CUSTO. REEMBOLSO. LIMITAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não viola o artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 nem importa em negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota fundamentação expressa e suficiente para a resolução da causa, porém diversa da pretendida pela parte recorrente, decidindo de modo integral a controvérsia posta.

3. É firme a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que nas hipóteses em que não se afigurar possível a utilização dos serviços credenciados, como é o caso das situações emergenciais, o reembolso poderá ser limitado aos preços e tabelas efetivamente contratados com o plano de saúde. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.761.895/SP, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe de 21/03/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. REEMBOLSO DE DESPESAS. PREVISÃO CONTRATUAL. LIMITAÇÃO. POSSIBILIDADE. JULGADO RECORRIDO PROFERIDO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. VERBETE N. 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Em que pese ser devido o atendimento em entidade não

credenciada ou referenciada pela operadora de saúde, é lícita a cláusula que limita o reembolso à tabela da prestadora de assistência à saúde, nos termos do artigo 12, VI, da Lei 9.656/98.

2. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.278.739/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe de 24/10/2018)

No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu pela obrigatoriedade de reembolso integral da despesa de internação do genitor da parte autora em hospital não integrante da rede credenciada, com base nos seguintes fundamentos: *a) nulidade da limitação contratual estabelecida nesse sentido, em razão da urgência e emergência do atendimento da parada cardiorrespiratória sofrida por beneficiário do plano de saúde; e b) inexistência de prova de que o valor das despesas hospitalares seriam superiores às praticadas pela rede credenciada (e-STJ, fls. 446-447):*

Conforme consta da inicial, o genitor do autor (beneficiário de plano de saúde da operadora corré fl. 25) sofreu parada cardiorrespiratória em 07/03/2017, não restando alternativa a não ser encaminhá-lo ao hospital mais próximo, no caso estabelecimento pertencente à corré Hospital e Maternidade São Luiz S/A, ocasião em que o demandante foi obrigado a assinar termo de responsabilidade.

O autor segue relatando que o paciente foi transferido para hospital da rede credenciada após estabilização do quadro emergencial e que recebeu do hospital demandado cobrança no valor de R\$ 91.625,38, inexistindo “informação de que o Plano de Saúde tenha se recusado a pagar as despesas do pai do Autor, motivo pelo qual o hospital Réu deve dirigir a cobrança contra o Corréu Prevent Senior” (sic fl. 03).

(...)

Superada a preliminar, a urgência da internação do pai do autor é incontroversa e está amplamente demonstrada nos autos, a exemplo dos documentos de fls. 146, 150/151, 160/161, 186/190, constando dos relatórios médicos que seu estado era gravíssimo e que estava “sem condições de transporte” (fls. 189/190).

Nesse contexto, o reembolso deve ser integral, já que o hospital demandado não foi eleito por mero capricho do autor, mas por questão emergencial, visto que a vida do paciente corria risco iminente e não havia tempo para encaminhá-lo a um hospital

integrante da rede credenciada do plano de saúde, impondo-se, pois, o reconhecimento da nulidade das limitações impostas da cláusula nº 5.2.4 (fl. 41), nos termos do artigo 51, IV do Código de Defesa do Consumidor, dispositivo legal que orienta a correta interpretação do artigo 12, VI da Lei nº 9.656/98.

Aliás, a operadora ré sequer se preocupou em demonstrar que as despesas hospitalares são de fato superiores às que seriam custeadas caso o paciente fosse atendido na sua rede credenciada, ônus que lhe competia, nos termos do artigo 373, II do CPC.

Cumpre destacar que, conforme apontado na sentença (e-STJ, fl. 399) e no acórdão recorrido (e-STJ, fls. 446-447), o limite contratual de reembolso na espécie, consiste no valor praticado pela rede credenciada.

Desse modo, embora a jurisprudência desta Corte admita a restrição contratual de reembolso das despesas realizadas fora da rede credenciada, **a parte recorrente não comprovou que a pretensão de ressarcimento não observou o limite contratual estabelecido**, o qual corresponde ao valor praticado pela rede credenciada, segundo os fatos definitivamente delineados pelo Tribunal de origem.

Esse último fundamento suficiente para manter incólume o acórdão recorrido, além de não ter sido impugnado pela parte recorrente, circunstância que impede o conhecimento do recurso especial, conforme o óbice da Súmula 283/STF, somente poderia ser afastado mediante reexame direto do instrumento contratual e das demais provas, a fim de ser estabelecida conclusão fática distinta daquela do Tribunal de origem, providência manifestamente proibida nesta instância, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios devidos aos procuradores da parte autora, ora recorrida, de 15% para 16% sobre o valor atualizado da condenação.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator